

José Paulo Netto

# NELSON WERNECK SODRÉ

O general da história e da cultura



expressão  
**POPULAR**

VIVA  
O POVO  
BRASILEIRO

RECORTES | PERFIS

**NELSON WERNECK SODRÉ**  
**O GENERAL DA HISTÓRIA**  
**E DA CULTURA**



**NELSON WERNECK SODRÉ**  
**O GENERAL DA HISTÓRIA**  
**E DA CULTURA**

**José Paulo Netto**

1ª edição

**EDITORA**  
**EXPRESSÃO POPULAR**

São Paulo - 2011

Copyright © 2011 Editora Expressão Popular

Revisão: Marina Tavares Ferreira

Projeto gráfico: ZAP Design

Diagramação: Krits Estúdio

Impressão e acabamento: Cromosete

ISBN 978-85-7743-192-2

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada  
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: dezembro de 2011

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Fone: (11) 3105-9500 – Fax: (11) 3112-0941

livraria@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

Para o meu velho amigo  
*Ronaldo Coutinho,*  
que, desde os tempos do Iseb,  
seguiu as lições de Nelson Werneck Sodré.



# Sumário

Apresentação .....	9
1. Síntese de uma biografia .....	13
2. Duas experiências decisivas .....	23
3. A caminho de uma <i>teoria do Brasil</i> .....	37
4. <i>A teoria do Brasil</i> de Sodré .....	53
5. Concretizações da <i>teoria do Brasil</i> : as obras maiores .....	67
6. Os últimos combates .....	81
Conclusão: um retrato incompleto .....	87
Nota bibliográfica .....	89





## **Apresentação**

Este pequeno livro – na verdade, este ensaio – é escrito no ano do centenário de Nelson Werneck Sodré, nascido no Rio de Janeiro, a 27 de abril de 1911, e falecido a 13 de janeiro de 1999 (deixando viúva a companheira de toda a sua vida, Yolanda Frugoli Sodré, com quem se casou em 1935 e teve uma filha, Olga Frugoli Sodré).

Na sequência de sua morte, ocorrida em Itu (SP), inúmeras manifestações de professores universitários, intelectuais e políticos evocaram a relevância da obra deste general do Exército Brasileiro, cassado e perseguido pela ditadura instaurada no país em 1º de abril de 1964 (a cassação de seus direitos políticos foi anunciada no dia 14 de abril) – e destacaram, ainda, a importância do seu combate por um país democrático, de fato independente, e por uma sociedade mais justa, rumando na direção do socialismo. Tais manifestações, adensadas nos últimos anos, têm agora um ponto alto: o centenário de nascimento de Sodré está sendo objeto de justa comemoração em colóquios, seminários e eventos universitários nos principais centros (e não apenas neles) do Brasil.

Nada melhor que a democracia (mesmo que seja tão somente uma limitada democracia política), permitindo o confronto de ideias, para ajudar a colocar as coisas em seu devido lugar – ou, para usar de uma expressão popular, nada melhor que um dia depois do outro: Sodré, uma das figuras mais importantes da cultura brasileira do século XX, foi tratado como um cão morto por boa parte da intelectualidade universitária (e não só por ela) a partir dos anos 1970 e agora, na entrada do século XXI, ele, que em vida nunca participou dos circuitos acadêmicos oficiais nem gozou de sua simpatia, reingressa com força no debate contemporâneo.

Por mais de 20 anos, jovens universitários aprendiam nas salas de aula que ele estava “ultrapassado”, não o estudavam e depois repetiam, monotonamente, os chavões que doutores de obra nanica recitavam (com boa ou má-fé) sobre ele, carimbando-o com rótulos do tipo “marxista mecanicista”, “historiador dogmático”, “teórico stalinista” etc., pretendendo fulminar o seu “marxismo cristalizado”, a sua “perspectiva marxista ortodoxa e linear”, o seu “etapismo” etc. Atualmente, registra-se o necessário e já tardio processo de superação da massa de preconceitos que, em face de Sodré, se acumulou desde então.

Nos últimos anos, está em curso – em dissertações, teses e comunicações científicas – uma reavaliação séria e crítica da sua obra, reavaliação cujos resultados, ainda que

longe de conclusivos, já comprovam claramente que seus eventuais equívocos não comprometem a relevância e a amplitude do seu empenho para explicar e compreender o Brasil. Este movimento de reavaliação dá continuidade, de fato, a uns poucos esforços que, em meio à mediocridade generalizada que caracterizou as ciências sociais e históricas da universidade funcional e adequada à ditadura (e que sobreviveu a ela), procuraram uma aproximação isenta e objetiva da obra desse brasileiro exemplar.

Este pequeno livro, conforme a linha editorial da coleção *Viva o povo brasileiro – recortes/perfis* e retomando formulações que expusemos em outras oportunidades, propõe-se a apresentar didaticamente, ao leitor iniciante, um retrato simples, mas não simplista, de Nelson Werneck Sodré, marxista convicto, general que serviu aos mais nobres interesses do povo brasileiro, historiador rigoroso, culto estudioso da cultura. Em poucas palavras, o retrato de um homem que, ao largo de seis décadas de intenso trabalho intelectual, ofereceu ao país as mais altas provas de dedicação à pesquisa, coragem cívica e grandeza moral.



# 1. Síntese de uma biografia

Não é difícil oferecer os dados factuais mais importantes da vida de Sodré, uma vez que ele os registrou em várias páginas da sua memorialística, em especial nas magníficas *Memórias de um soldado*, mas também nas *Memórias de um escritor*. É deste livro que se extrai a citação seguinte, que resume o cenário em que se moveu nos autor e no qual se desenvolveram as suas concepções:

Nasci em 1911; tinha três anos ao irromper a Primeira Guerra Mundial; seis, quando surgiu a Revolução de Outubro; sete, quando terminou a guerra; onze, quando o Brasil completou um século de vida independente (sendo, entretanto, tão dependente ainda). Vivi o tempestuoso período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, com todas as suas manifestações de renovação econômica, política, social, artística e também as de desespero, a busca angustiada da originalidade em arte e a violenta luta pelo poder; vivi o mundo em que viveram o kaiser Guilherme II, da Alemanha, o imperador Francisco José, da Áustria-Hungria, Clemenceau, Poincaré, Chamberlain, Lloyd George, o presidente Wilson, Sun Yat Sen, Lenin, para chegar à fase em que viveram Hitler, Mussolini, Roosevelt, Stalin. No Brasil,

atravessei justamente o tempestuoso período do tenentismo, na agonia da República Oligárquica; do Modernismo, em literatura e nas artes; da Revolução de 1930, do movimento de 1932, do levante de 1935, da ditadura do Estado Novo, do *putsch* de 1938, da Segunda Guerra Mundial e de nossa participação nela; da reconstitucionalização e das lutas políticas subsequentes, com os golpes e tentativas de golpes de 1945, de 1954, de 1955, de 1961, de 1964, da ditadura militar então instaurada.

Filho único de Heitor de Abreu Sodré (advogado formado em São Paulo) e Amélia Werneck Sodré, nosso autor – que ao longo de sua vida desenvolverá “duas vocações”, a das armas e a das letras – não tinha, na sua ascendência, familiares que seguiram a carreira militar. Tinha-os, porém, relacionados às letras: vínculos de família ligavam-no, por exemplo, a Odorico Mendes (1799-1864), tradutor de Homero e Virgílio, ao romanista Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) e ao poeta Raimundo Correia (1859-1911).

Seus estudos fundamentais, descontada uma rápida passagem por Caçapava (SP), realizaram-se no Rio de Janeiro, no *Colégio Brasileiro*, localizado em Copacabana. A indicação precisa é pertinente: aluno interno, dali presenciou o episódio de 5 de julho de 1922, primeira expressão pública significativa do *tenentismo*, protagonizada pelos “18 do Forte de Copacabana”. Ao tempo desses estudos, começa a exercitar o gosto pela leitura – nos fins

de semana, para retornar à casa paterna (situada no Alto da Boa Vista), fazia longas viagens de bonde e, nelas, se entretinha devorando o que lhe caía nas mãos.

Em 1924, ingressa no *Colégio Militar do Rio de Janeiro* e logo começa a escrever (ficção) na revista *A aspiração*, da sua Sociedade Literária. É na segunda metade dos anos 1920 que apura seus gostos literários (Balzac, Dostoiévski, Tolstói, Dickens, Stendhal, Flaubert, Tackeray, Sterne, Strindberg) e trava seus primeiros contatos com o marxismo (especialmente textos de Plekhanov, sobre o materialismo histórico, e de Lenin, polemizando contra o esquerdismo). Em 1929, estreia na grande imprensa, com seu conto “Satânia”, premiado em concurso e publicado pela revista carioca *O Cruzeiro*.

Passa à *Escola Militar* de Realengo em 1931, optando pela artilharia; neste centro de formação permanece até 1933 e colabora com a *Revista da Escola Militar*, de cuja direção participa. Graduado oficial – 2º tenente em 1934, 1º tenente em 1936 –, em 1934 foi destacado para o 4º Regimento de Artilharia Montada, em Itu (SP) e serve, até 1937, em outras guarnições paulistas (como a de Jundiaí). Nestes anos, inicia a sua intervenção sistemática na imprensa, tornando-se crítico do *Correio Paulistano* (SP) e, em 1937, prepara seu primeiro livro, lançado no ano seguinte, *História da literatura brasileira. Seus fundamentos econômicos*, cujo objetivo era aplicar “o



materialismo histórico à reconstituição do processo de desenvolvimento das nossas letras”.

Entre finais de 1937 e março de 1938, vive no Rio de Janeiro, como ajudante-de-ordens do general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Como o general estivesse sem comissão, Sodré dispõe de tempo livre – e o aproveita para relacionar-se com os meios intelectuais, frequentando a Livraria José Olímpio (à época, local de encontro de escritores e jornalistas): conhece então José Lins do Rego, aproxima-se de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Samuel Wainer e inicia sua duradoura amizade com Graciliano Ramos, recém-saído da prisão. Continuando a colaboração com o *Correio Paulistano*, começa a intervir na imprensa carioca (*Diretrizes, Vamos ler, O Jornal*).

Em março de 1938, é deslocado para Mato Grosso (Campo Grande), quando o Exército foi chamado a combater grupos bandoleiros que infestavam a região. No ano seguinte, retorna à São Paulo, primeiro a Itu e depois à capital, onde trabalha na organização da *Escola Preparatória à Escola Militar*. Aí permanece até fins de 1941, quando é promovido a capitão. Neste mesmo ano, sua colaboração à imprensa paulistana transfere-se para *O Estado de S. Paulo*.

O primeiro semestre de 1942, Sodré passa-o no Rio de Janeiro, na estruturação do 5º Grupo de Artilharia de Dorso, que haveria de instalar-se em Salvador (BA).

É para lá que vai em agosto e fica até inícios de 1944, quando retorna ao Rio de Janeiro para cursar a *Escola de Estado-Maior*; após estágio em S. Paulo, pesquisando as comunicações entre o litoral e o planalto paulistas, conclui o curso em 1946. Em 1948, promovido a major, é designado adjunto de instrução daquela Escola, respondendo pelo curso de História Militar. Em 1949, é eleito para o *Instituto de Geografia e História Militar*. Em 1950, participa da disputa – integrando a chapa vitoriosa dos generais nacionalistas Estillac Leal e Horta Barbosa – pela direção do *Clube Militar*; Sodré assume o cargo de Diretor Cultural do clube. O contexto político em que se realiza a eleição e seus desdobramentos, que contribuem fortemente para a definição do perfil da maturidade política e intelectual de Sodré e a que voltaremos mais adiante, têm como imediata implicação a sua transferência, em junho de 1951, para uma unidade militar em Cruz Alta (RS).

Já promovido a tenente-coronel (1953), Sodré permaneceu na unidade gaúcha até 1955. Então, é designado para a Inspetoria Geral do Exército, no Rio de Janeiro. Tendo apoiado o contra-golpe legalista do general Lott (11 de novembro de 1955), viu-se transferido, por manobras dos golpistas derrotados, para Belém (PA); revogou-se a transferência, a instâncias de oficiais prestigiados, e ele foi para a 1ª Circunscrição de Recrutamento, em São

Cristóvão (Rio de Janeiro). Em 1956, tornou-se membro da Comissão Diretora da *Biblioteca do Exército*. Desses anos é a sua vinculação ao *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (Iseb), a que também voltaremos mais à frente, que perdurou até 1964, quando a instituição foi destruída pelos golpistas do 1º de abril. É pesquisando e ministrando cursos no Iseb que Sodré, já um escritor conhecido, vai conquistar a audiência nacional que o consagrará na década de 1960, audiência também promovida pela sua colaboração, à época, na imprensa mais combativa (*Última Hora, O Semanário*).

Os primeiros anos desta década vão encontrar Sodré no meio do turbilhão político que os caracterizará: militando no bloco das forças nacionalistas e democráticas e apoiador, em 1960, da candidatura presidencial de Lott (chefe militar que sempre admirou), a renúncia de Jânio de Quadros (25 de agosto de 1961) e a tentativa de golpe que imediatamente se lhe seguiu obrigaram-no a dias de clandestinidade. Quando, após a “normalização constitucional”, pela via da pseudossolução parlamentarista, voltou às suas atividades, foi preso. Pouco antes do 25 de agosto, fora promovido a coronel; como a promoção implicava a sua designação para outra unidade do Exército, a cúpula militar golpista, assim que derrotada na inttona de agosto-setembro, tratou de afastá-lo do Rio de Janeiro, deslocando-o novamente para Belém. Repetia-

se o episódio que ocorrera logo após o 11 de novembro – só que, agora, a punição vinha embutida na promoção. Nem mesmo com os golpistas derrotados, operou-se a reversão da medida. Sodré reagiu, pedindo transferência para a reserva. A situação foi objeto de encaminhamentos kafkianos (que Sodré relata nas suas *Memórias de um soldado*), mas o desfecho foi a passagem para a reserva em novembro de 1961, no posto de general.

A partir de 1962, Sodré pode dedicar-se exclusivamente ao trabalho intelectual, às suas pesquisas e à publicação de seus livros. Mas esta dedicação é momentaneamente interrompida pelo golpe do 1º de abril de 1964. Brutalizando o processo político e ferindo a cultura, o golpe atinge Sodré direta e pessoalmente: depois de quase dois meses de clandestinidade, ele é preso em Fernandópolis (SP), trazido para o Rio de Janeiro e encarcerado por 57 dias (no Forte de Copacabana e na Fortaleza de São João). Segue-se uma sucessão de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) e só em dezembro de 1966 os golpistas o deixam em paz.

A perseguição não o abateu – uma vez livre da prisão, Sodré retomou o seu trabalho. Até 1968, publicou muitos livros e artigos, estando no centro da luta que, contra a ditadura, unificou os setores mais combativos da intelectualidade brasileira – uma frente democrática que teve um baluarte na *Revista Civilização Brasileira*,

corajosa iniciativa de Ênio Silveira, animada também por Moacyr Félix, de que Sodré foi colaborador destacado. Naqueles breves anos, paradoxalmente um dos períodos mais fecundos da nossa história cultural, Sodré foi uma referência para todos os que, recusando o aventureirismo e o radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista, combatiam pela democracia sem descuidar das específicas tarefas culturais.

O Ato Institucional nº 5 (13 de dezembro de 1968), que marca a aberta fascistização do regime ditatorial, promoveu a reversão da dinâmica cultural que o golpe de 1º do abril apenas lesionara. Com o *diktat* de dezembro de 1968 e com o terrorismo policial-militar tornado política de Estado, iniciou-se o período mais tenebroso da nossa história no século XX, do qual, no domínio das ideias, um primeiro capítulo foi aquele que Alceu de Amoroso Lima denominou de “vazio cultural”. Sodré permaneceu firme na resistência, produziu o que pôde e interveio na escala do possível. Obrigado a uma quase solidão, em alguns momentos parece que chegou à desolação, a que não deve ter sido alheio o tratamento que sua obra vinha recebendo, inclusive de segmentos que também se opunham à ditadura. Mas nunca perdeu a perspectiva política e, aos seus companheiros, prosseguiu sempre oferecendo a solidariedade e o estímulo tão necessários em tempos sombrios como aqueles – ainda em 1976, seu apoio é de-

cisivo para o projeto, capitaneado em São Paulo por Raul Mateos Castell, da revista *Temas de ciências humanas*. E a agonia da ditadura encontra-o na linha de frente da renovação cultural, escrevendo para as revistas *Encontros com a Civilização Brasileira* (Rio de Janeiro) e *Memória & história* (São Paulo) e para o semanário *Voz da unidade* (São Paulo), entre outros veículos de imprensa.

Na entrada dos seus 80 anos, seu ânimo intelectual, ainda que a ritmo menos intenso, não se mostrou esgotado: prosseguiu atualizando alguns de seus livros, redigindo ensaios de fôlego (como os contidos em *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, de 1990) e combatendo corajosamente a ofensiva do grande capital, visível mundialmente a partir dos anos 1980 (*A farsa do neoliberalismo*, de 1995). Assiste aos momentos iniciais do processo de revalorização da sua obra, a que já nos referimos, concede entrevistas e participa de alguns atos acadêmicos, especialmente atendendo a convites da juventude universitária. A segunda metade da década de 1990, porém, revela que o velho combatente está próximo do seu merecido repouso.



## 2. Duas experiências decisivas

Ao longo de mais de seis décadas de trabalho intelectual, o pensamento de Sodré experimentou alterações expressivas, a que aludiremos adiante. Ainda que no conjunto de sua obra se constate uma *unidade essencial*, determinada pela problemática de que ele se ocupou e pesquisou por toda a sua vida com o apoio de uma concepção teórico-metodológica determinada, é correto afirmar-se que há, na obra do nosso autor, giros e inflexões. Precisamente porque foi um pesquisador incansável e um intelectual que estudou permanentemente, Sodré modificou várias de suas teses e sempre se manteve sensível aos novos desenvolvimentos teóricos.

Em página anterior, mencionamos as “duas vocações” de Sodré: a das armas e a das letras. A evolução profissional do militar e a evolução intelectual do escritor (mais exatamente: do historiador) – aquela que nos interessa aqui – não obedeceram, compreensivelmente, aos mesmos ritmos. Atendendo a exigências de diferente natureza, derivadas da natureza diferente da profissão militar e da formação teórica e da prática do escritor



(historiador), o processo de desenvolvimento e maturação do pensamento de Sodré – como militar e como escritor – não foi linear nem simétrico. Parece-nos correto afirmar que, na primeira metade dos anos 1950, Sodré, na “carreira das armas”, alcança a plena maturação das suas concepções acerca da essência e da função das Forças Armadas; em troca, é somente no final daquela década que ele se apropria inteiramente dos recursos teórico-metodológicos que lhe sustentarão a sua elaboração crítico-histórica madura.

Nada disto significa que Sodré esteve dividido ou cindido nas e pelas “duas vocações”. Ao contrário: ele foi capaz de conjugá-las produtivamente, uni-las na sua diferencialidade (aliás, em intervenção num evento universitário, o coronel Luís de Alencar Araripe observou argumentamente que “a conciliação entre os deveres de soldado e o exercício da atividade intelectual é algo da vida de Sodré que merece ser pesquisado”). Uma “vocação” alimentou, subsidiou e fomentou a outra. Parece claro que sua missão militar, em Mato Grosso, em 1938, sensibilizou-o para a “questão social” no mundo agrário; suas outras missões (na Bahia e no sul do Brasil), além da investigação para o seu trabalho monográfico (em São Paulo) como estagiário da *Escola de Estado-Maior*, permitiram-lhe um contato direto com diversas e relevantes problemáticas da vida brasileira. A atividade como instrutor na mesma Escola,

na disciplina História Militar, a partir de 1948, exigiu e estimulou a sua pesquisa histórica. Por outra parte, seus permanentes estudo e reflexão estritamente teóricos ofereceram os elementos indispensáveis para esclarecer tais vivências, distinguindo nelas o que havia de imediato e de adjetivo daquilo que sinalizava processos sociais substantivos, que demandavam análise rigorosa e profunda. Numa palavra: o ofício de militar e o ofício de escritor, embora decorrendo em ritmos diferentes, unificam-se, sem se identificar ou confundir, no processo do desenvolvimento do pensamento (e, pois, da obra) de Sodré.

Dissemos, acima, que, para além das modificações sofridas pelo pensamento de Sodré, existe nele uma unidade *essencial*. É fato, porém, que no conjunto (ou seja, envolvendo as “duas vocações”) da evolução do pensamento do nosso autor, há *dois momentos distintos*: o primeiro, que vai até o primeiro terço dos anos 1940, marcado por um nítido *apoliticismo* e o segundo, que se configura a partir da metade daqueles anos, caracterizado pela *tomada de consciência da dimensão política* da sua intervenção (profissional e literária). No espaço mediador entre estes dois momentos, está uma hipótese (posta como fato por Paulo Cunha, competente estudioso de Sodré): a de que nosso autor tenha se vinculado ao *Partido Comunista Brasileiro* (PCB). Sodré jamais admitiu esta vinculação, mesmo assumindo-se como marxista e, na verdade, nunca se

identificou com as posturas sectárias e estreitas que o PCB assumiu no período que vai das cassações do seu registro partidário (maio de 1947) e dos mandatos de seus deputados (janeiro de 1948) ao enunciado da sua *nova política* (“Declaração de março”, 1958). Não há dúvidas, todavia, de que se verifica uma notável congruência entre as concepções defendidas por Sodré, em sua maturidade intelectual, e as proposições políticas do PCB posteriores a 1958; para alguns analistas, Sodré teria sido mesmo um teórico do PCB.

Voltemos, contudo, à mudança no horizonte político de Sodré. Na sua base está a Segunda Guerra Mundial e a problemática própria ao seu desfecho, expressa no país pela crise da articulação política configurada no Estado Novo – que afetam significativamente a reflexão de Sodré.

Até então, ele não se revelara sensível às dimensões políticas da sua inserção sócio-profissional e do seu exercício intelectual. Suas convicções democráticas eram bastante abstratas, deixando conviver sem grandes tensões, no militar profissional e no escritor, uma *alienação* em face do cotidiano da cidadania e claras tomadas de posição no plano das ideias – assim, ele viveu alheado a repressão brutal que respondeu ao levante comunista de novembro de 1935 e, ao mesmo tempo, recusou as propostas do integralismo de Plínio Salgado. Seu universo mental vinha moldado por uma visível assepsia política,

fundada na sua formação de caserna, e que não fora abalada pelas suas leituras iniciais da tradição marxista. Daí derivavam contradições cujo alcance lhe escapava inteiramente, bem tipificadas, de um lado, na sua simultânea relação com Graciliano Ramos e no seu antifascismo e, doutro, na sua colaboração com *Cultura Política*, periódico que era uma espécie de órgão político-cultural do Estado Novo. É a propósito de sua colaboração com esta revista que Sodré, muitos anos depois, em uma página autocrítica das *Memórias de um escritor*, reconhecerá a sua *alienação*:

Não pretendo, de forma alguma, justificar *a posteriori* – quando isso é fácil – ter prestigiado com a minha pena um regime de força, cujas mazelas eram indiscutíveis e ostensivas. As pessoas são como são e têm história, não são as mesmas a vida toda, mudam, evoluem. Detestando os métodos policiais do Estado Novo, fiel ao princípio da liberdade de pensamento e, conseqüentemente, contrário à censura e à propaganda unilateral dos atos oficiais, eu não tinha nenhum compromisso ideológico, não estava ligado a nenhuma organização, seita, agrupamento, partido, a cujo programa, diretriz ou rumo devesse obediência. Estava, na realidade, desinteressado das questões políticas, que não me afetavam. Não tinha conhecimentos suficientes para constatar que a minha omissão importava em ajuda ao regime estabelecido, então praticamente incontestado. Tratava-se, em realidade, da alienação. (...) O fato é que eu não tinha consciência dela.

Não se colocava, para mim, na época, o problema de que essa conduta fosse boa ou má; tal conduta não fora adotada como decorrente da análise da realidade. (...) Os contrastes, que a alienação comporta, permitiam contradições: uma delas, no meu caso particular, consistia em ser amigo e admirador de homens como Graciliano Ramos – aliás, revisor de *Cultura Política* – ou Osório Borba e, ao mesmo tempo, colaborador da revista que apoiava o governo, escrevendo, de quando em vez, elogios a determinadas iniciativas desse governo.

Exatamente esta postura alienada de Sodré – que supunha que a probidade pessoal e profissional constitui o parâmetro universal e suficiente para sustentar as concepções e as opções sociais – será profundamente abalada no decorrer dos anos 1940, abrindo o caminho para a tomada de consciência que, subsequentemente, configurará o segundo momento da sua trajetória, definindo o seu perfil intelectual. Como dissemos, a base objetiva desta inflexão está na problemática posta pela Segunda Guerra Mundial, na derrota do nazifascismo possibilitada pela viragem das operações bélicas com a heróica e vitoriosa resistência do povo russo (Stalingrado, fevereiro de 1943) e na dinâmica da vida brasileira, com a polarização exercida, depois de 1943, pelas forças democráticas, que determinaram a crise do Estado Novo e o giro político de Vargas, interrompido pela intervenção golpista conservadora (outubro de 1945).

É já superada a sua postura alienada que Sodré viveu as duas experiências que, a nosso juízo, foram *decisivas* para a sua vida profissional e intelectual. Aludimos a ambas sumariamente e agora devemos tratá-las, mesmo que brevemente: a primeira foi seu envolvimento nas eleições para o *Clube Militar* e a segunda a sua inserção no *Iseb*.

Em finais de 1949, as eleições para o Clube Militar, marcadas para o ano seguinte, agitaram os quartéis. Sodré, ainda na *Escola de Estado-Maior*, foi convidado – e aceitou com reticências – a participar da chapa encabeçada pelos generais Newton Estillac Leal e Júlio Caetano Horta Barbosa, que reunia os setores constitucionalistas, democráticos e nacionalistas do Exército (era o tempo em que se acendera o debate acerca do monopólio estatal do petróleo, o tempo em que surgia o movimento “O petróleo é nosso” e de que resultou, posteriormente, a criação da Petrobrás, ferindo o interesse dos monopólios estrangeiros e seus associados no país). Não se tratava de uma eleição como as outras: já no marco da Guerra Fria, e ao fim do governo antipopular e antinacional de Dutra, a disputa pela direção do Clube Militar refletia divisões no interior das forças armadas e o que estava em jogo extrapolava largamente as suas fileiras – certamente, o resultado da eleição teria consequências na sucessão presidencial que estava próxima. A outra chapa, dos generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Emílio Rodrigues Ribas

Júnior, reunia os segmentos conservadores do Exército (quase todos partícipes do golpe de outubro de 1945, que asfixiou as tendências mais profundas do processo de democratização então em curso), que se opunham explicitamente às posições nacionalistas.

Esta divisão entre “nacionalistas” e “entreguistas”, entre “legalistas” e “golpistas”, que pela primeira vez era exposta à luz pública, marcou fortemente a vida militar e política do país por quase quinze anos e teve seu último episódio, com a derrota dos primeiros, quando do golpe do 1º de abril de 1964 – quase todos os apoiadores mais conhecidos da chapa Cordeiro de Farias/Ribas Júnior estiveram envolvidos nas tentativas golpistas de 1955 e 1961 e foram personagens de primeiro plano na instauração e condução da ditadura que subverteu a ordem legal-constitucional em 1964 (além de Cordeiro de Farias, basta lembrar os nomes de Juarez Távora, Humberto de Alencar Castelo Branco, Ademar de Queirós, Nelson de Melo, Sizen Sarmento e Bizarria Mamede). E, naquela eleição para a direção do Clube Militar, esta divisão – bem conforme ao clima próprio da Guerra Fria – já se apresentava fortemente ideologizada: a chapa nacionalista foi acusada de ser “comunista”. Em maio de 1950, depois de uma campanha eleitoral (amplamente repercutida pela grande imprensa, majoritariamente favorável aos “entreguistas”) em que os nacionalistas foram objeto

de difamações e calúnias, a chapa Estillac Leal/Horta Barbosa obteve vitória incontestável e Sodré assumiu a direção do Departamento Cultural do Clube Militar.

Mas os vitoriosos não tiveram paz: de uma parte, os derrotados, dispendo de poder na cúpula do Exército, investiram na desarticulação da direção eleita, forçando a transferência de seus membros para unidades militares distantes (foi assim que, em 1951, Sodré viu-se deslocado para Cruz Alta); de outra, orquestraram uma campanha contra a orientação nacionalista e antibelicista (recorde-se que era o tempo da intervenção imperialista no Oriente, com a Guerra da Coreia) da *Revista do Clube Militar*, afeta ao departamento dirigido por Sodré. Ademais, no período em que Estillac Leal se licenciou (de janeiro de 1951 a março de 1952) para assumir o Ministério da Guerra, o governo Vargas foi capturado, no âmbito militar, pela lógica de seus setores mais reacionários – o que levou à demissão de Estillac Leal. E quando este aceitou candidatar-se à reeleição, em 1952, a corrente dos derrotados em 1950 encontra-se muito mais organizada, mais estruturada e conta com amplo respaldo, quer no governo, quer entre as elites empresariais: é a *Cruzada Democrática*, que apresenta os nomes dos generais Alcides Gonçalves Etchegoyen e Nelson de Melo. Esta campanha se desenvolveu num clima de chantagem e violência: com o apoio do Ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo



Cardoso, e a omissão de Vargas, os ativistas da chapa nacionalista – mais uma vez acoimados de “subversivos” e “comunistas” – foram alvo de toda a sorte de perseguições e terrorismo. O resultado correspondeu aos esforços da *Cruzada Democrática* e de seus sustentáculos, entre os quais a grande imprensa e os trustes estrangeiros: a 21 de maio de 1952, os nacionalistas foram derrotados.

Sodré, que participou ativamente da campanha pela reeleição de Estillac Leal, tirou dessa experiência as lições pertinentes: compreendeu – e claramente, em função da repressão sistemática, calculada, que se foi aplicando (e que haveria de chegar ao auge em 1964) aos militares comprometidos com o nacionalismo e com a legalidade constitucional – o processo em curso, que consistia em instrumentalizar politicamente as Forças Armadas. E assumiu os ônus das escolhas que fizera: a partir daí, o major Sodré, aos quarenta anos e às vésperas de ser promovido a tenente-coronel, deixou definitivamente para trás as suas ilusões profissionais. Sabia-se marcado pelas cúpulas golpistas; mas, sobretudo, sabia-se, agora conscientemente, vinculado a um projeto de profissionalismo militar que não se constituía independentemente dos confrontos em que se jogavam a soberania nacional, o aprofundamento da democracia e os interesses das classes sociais.

A segunda experiência *decisiva* de Sodré desenrola-se a partir de meados da década de 1950 – constitui-a, como

já observamos, a sua inserção no Iseb. Criado, em 1955, no governo Café Filho, o Iseb vinculava-se institucionalmente ao Ministério da Educação, mas tinha autonomia administrativa e financeira. Resultava de uma articulação político-intelectual liderada por Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, membros do chamado “Grupo de Itatiaia” (organizado em 1952, reunindo intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo) e configurada inicialmente, em 1953, no *Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política* (Ibesp). Originalmente, o Iseb voltava-se para o estudo, o ensino – em nível de pós-graduação – e a divulgação das ciências sociais, para serem aplicadas à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, fomentando e promovendo o desenvolvimento nacional.

Começando a operar de fato no período presidencial de Kubitschek (1956-1961), o Iseb era dirigido por um conjunto extremamente heterogêneo de intelectuais, das mais diversas colorações político-ideológicas. Inevitáveis seriam, pois, as divergências de fundo e a mais significativa delas (envolvendo, também, disputas internas de poder) ocorre por volta de 1958 – sinalizada pelo afastamento de Hélio Jaguaribe – e é a partir de então que as chamadas “teses nacional-desenvolvimentistas” ganham hegemonia nas atividades da instituição. E especialmente a partir de 1961, o Iseb irradia sua influência para movimentos sociais, defendendo as “reformas de base” que

estavam na pauta do governo João Goulart – incorrendo, na opinião de Sodré, em posições sectárias e esquerdistas que contribuiriam para o seu isolamento. Não é preciso dizer que, na imediata sequência do golpe do 1º de abril de 1964, a instituição foi literalmente destruída pelos novos donos do poder.

O papel do Iseb na cultura e na política brasileiras foi, posteriormente, objeto de larga polêmica, frequentemente equivocada. Um dos mais cuidadosos analistas da sua história e das suas formulações, Caio Navarro de Toledo, na passagem do que seria o meio centenário de fundação do instituto (2005), publicou na imprensa universitária um pequeno artigo que, pelo seu equilíbrio e seriedade, é exemplo de avaliação; dele extraímos o trecho final:

Passados 50 anos, o Iseb – apesar de seus equívocos teóricos, políticos e ideológicos – deve ser lembrado como uma instituição cujos intelectuais se comprometeram com a defesa de causas reformistas e de caráter democrático. Em contraposição aos cientistas sociais da USP – avessos e contrários ao engajamento político –, os isebianos sintonizavam-se com a dinâmica das lutas sociais e políticas presentes na sociedade brasileira dos anos 1950 e 1960. Neste sentido, não se limitaram a atuar no âmbito da casa da Rua das Palmeiras [sede do Iseb, em Botafogo], na cidade do Rio de Janeiro, ministrando aulas e conferências. Escreveram pequenos livros dirigidos aos setores populares (como, por exemplo, os *Cadernos do Povo Brasileiro*); assinavam

também artigos em jornais e revistas progressistas reivindicando a realização das reformas estruturais e, durante os nove anos de existência do Instituto, se posicionaram ativamente contra as constantes ameaças ao regime democrático brasileiro.

Identificado com a esquerda “subversiva”, o Iseb foi objeto da sanha golpista. Nos dias seguintes à “revolução” vitoriosa, a biblioteca, os arquivos e os móveis da sede do Instituto foram destruídos por manifestantes ensandecidos. A ditadura militar ali se manifestou por inteiro; através do ato de vandalismo, a inteligência era repudiada e o pensamento crítico passaria a ser reprimido no país por mais de 20 longos anos.

Desde finais de 1954, o grupo que daria forma ao Iseb relacionava-se com Sodré. Mas é na segunda metade daquela década e especialmente na abertura dos anos 1960 que a atividade de Sodré, no interior do Iseb, ganha relevância: dirigindo o seu Departamento de História, ministrando conferências e cursos, organizando grupos de pesquisa (um dos quais responsável pela *História Nova*, a que nos referiremos adiante), Sodré contribuiu decisivamente para o adensamento da cultura progressista no país.

Mas a instituição também lhe propiciou ganhos ponderáveis: no Iseb, Sodré encontrou, num ambiente de estudos e pesquisas, condições para avançar em suas formulações e em seu magistério, interagindo com pensadores de posições teóricas e ideológicas muito

diferenciadas e com um público com o qual ele nunca contactara antes. Se já era um intelectual respeitado quando o convidaram para atuar no Iseb, parece-nos que é ali que alcançará (na altura em que chegava aos seus 50 anos) a maturidade teórica que lhe permitirá conquistar a indiscutível audiência nacional que sua obra obterá na década de 1960.

### 3. A caminho de uma *teoria do Brasil*

Analistas sérios, situados em posições diametralmente opostas no espectro ídeo-político brasileiro, ressaltam a *magnitude* da obra de Sodré. Assim é que Leandro Konder, intelectual marxista e comunista, considera que, na entrada dos anos 1970, ela “assumia dimensões imponentes, dando testemunho (...) do prosseguimento dos seus estudos”, enquanto o general (e intelectual) Octavio Costa, que bem serviu ao regime de 1964, reconhece em Sodré um dos “maiores pensadores” do Exército brasileiro; ele também assinala, em nosso autor, a “excepcional capacidade de trabalho, incansável, inesgotável”.

Tais observações, se dão conta da *enorme dimensão quantitativa* da obra de Sodré (mais de 50 *livros* e cerca de 3.000 *artigos*, além de uma copiosa correspondência), dizem respeito, sobretudo, ao que Konder aponta como “prosseguimento dos seus estudos”: Sodré estudou intensivamente ao longo de sua trajetória intelectual, alargou o seu universo de referências e leituras, atualizou seu conhecimento bibliográfico e documental, superou juízos que emitira anteriormente, nunca considerou definitivas

investigações que poderiam ser mais aprofundadas etc. Dois exemplos demonstram à larga esta característica de sua atividade intelectual: a sua *História da literatura brasileira* e o indispensável guia bibliográfico *O que se deve ler para conhecer o Brasil*.

A *História da literatura brasileira*, primeiro livro publicado por Sodré (em 1938, com o subtítulo “Seus fundamentos econômicos”), tinha originalmente 246 páginas, desprovidas de notas e referências documentais precisas e, com pouquíssimas alterações, foi reeditado em 1940. A terceira edição, de 1960, constitui de fato um *novo livro*. O texto está estruturado (à diferença dos 27 capítulos linearmente encadeados da primeira edição) em uma densa introdução e três seções (com seus respectivos capítulos); o aparato crítico-documental aparece cuidadosamente registrado e são abundantes e pertinentes as notas biobibliográficas que se referem aos autores citados no corpo do texto; e esta edição apresenta-se com mais que o dobro das páginas da edição original. Não é esta estruturação, contudo, que responde pela *ineditidade* da terceira edição: o caráter novo da obra se revela na *teoria do Brasil* que Sodré está elaborando na entrada dos anos 1960 (a que voltaremos adiante), no *pioneiro recurso* a grandes teóricos da literatura (por exemplo, György Lukács, à época praticamente ignorado no Brasil) e na análise dos autores bra-

sileiros a partir do seu *exame direto* (o que nem sempre se verifica nas duas edições anteriores). Foi a partir desta edição que Sodré aperfeiçoou o texto daquela que se pode considerar a edição definitiva (a sétima, de 1980), que se apresenta ampliada e com passagens revisadas e atualizadas (na décima edição, de 2002, o texto constituía um volume de 725 páginas).

*O que se deve ler para conhecer o Brasil*, publicado em 1945 (com o editor intrometendo-se no texto, com o consequente protesto do autor) é, sem dúvidas, um trabalho pioneiro: tem por objetivo oferecer um guia bibliográfico para propiciar “ao leitor brasileiro e estrangeiro um acesso mais fácil à compreensão das nossas coisas e do nosso povo”. Na sua primeira edição, listava – em 260 páginas – 228 títulos como fontes principais e 168 como fontes secundárias. A segunda edição, de 1960, tem o seu objetivo redimensionado: quer arrolar, para “os estudiosos em geral e os educadores e professores em particular”, o “material básico para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade brasileira”; por isto, não é apenas uma ampliação da anterior: com 388 páginas, 546 títulos como fontes principais e 1.105 como fontes secundárias é, com efeito, *outro* livro, com uma nova disposição dos temas abordados e constitui o texto-base da obra que terá outras edições (a terceira, de 1967 e a quarta, de 1973, respectivamente com 395 e 406 páginas).



Como se verifica com o recurso a estes dois exemplos (e outros poderiam ser apontados), Sodré considerava – não formalmente, mas *de fato* – seus trabalhos sempre como sujeitos a aperfeiçoamento, melhoria e revisão e, por isto, voltava a eles para incorporar novas referências teóricas e avanços mais recentes da pesquisa. Aliás, um crítico competente, João Alberto da Costa Pinto, escreveu com inteira razão que “faz-se necessário dizer que poucos intelectuais, no país, reavaliaram tanto a sua obra como Nelson Werneck Sodré”. Mas esta característica da atividade de Sodré apenas expressa a abertura que demonstrava em face de críticas fundamentadas e a severa autocrítica com que, na maturidade, avaliava parte importante da sua obra.

Nas páginas de *Memórias de um escritor* registram-se inúmeras provas do modo como Sodré lidava com as críticas que seus livros recebiam. As reservas que Álvaro Lins fizera à *História da literatura brasileira* (em sua segunda edição), as censuras de Lívio Xavier ao *Panorama do Segundo Império* (publicado em 1939) e especialmente à *Formação da sociedade brasileira* (1944) calaram fundo no autor, que extraiu delas material para reflexão e para aprimoramento do seu trabalho. E bastam as mesmas *Memórias de um escritor* para fazer-se uma ideia aproximada do rigor autocrítico de Sodré. Veja-se o que escreveu acerca de seus primeiros livros, sem perder de

vista suas relativas importâncias – sobre *Panorama do Segundo Império*, aliás elogiado por Mário de Andrade: trata-se de “um livro conservador”, mostrando uma “flagrante superficialidade na análise do processo histórico”; – sobre *Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941): o livro revela que o autor “não tinha o domínio das informações e das ciências necessárias à pintura de um quadro tão amplo”; – sobre *Orientações do pensamento brasileiro* (1942): os ensaios que o compunham “eram fracos, refletiam o nível de conhecimento a que eu conseguira atingir, as deficiências do método que eu adotara”; – sobre *Síntese do desenvolvimento literário no Brasil* (1943): o livro provava “quão fracos eram ainda os meus conhecimentos de materialismo histórico e de dialética marxista para tratamento de fenômenos e processos tão complexos como os da criação literária e da sua história nacional”; – enfim, sobre *Formação da sociedade brasileira*, ele constata “a deficiência essencial da obra: a sua confusão conceitual”.

Este cuidado com a crítica fundada e esta permanente autocrítica se inscrevem no que a nós parece ser uma das características centrais da obra de Sodré – ambos revelam uma reflexão em movimento, um pensamento que não se detém nos avanços que realiza sobre seu objeto, mas está sempre em busca de novas determinações, relações, interações; um pensamento que, até alcançar o

pleno domínio (mediante um estudo constante e uma verificação prática na prova da pesquisa) de seu referencial teórico-metodológico, procura diálogos e interlocuções e que, alcançado aquele domínio pleno, continua à caça de fundamentação mais sólida para ancorar as conquistas a que chegou. A leitura atenta da obra de nosso autor revela, cristalinamente, essa *reflexão em movimento*, esse *pensamento em processo*.

Há que salientar que, no conjunto da obra de Sodré (alguns milhares de páginas), nem todos os títulos têm os mesmos nível e significação – fenômeno, por outro lado, frequente nos grandes autores que vinculam a sua pesquisa essencial à luta ídeo-política conjuntural. Na sua vasta obra, há textos nitidamente circunstanciais ou de divulgação de boa qualidade (*Quem matou Kennedy?*, 1963; *Síntese de história da cultura brasileira*, 1970; *Contribuição à história do PCB*, 1984; *O tenentismo*, 1985; *A intentona comunista de 1935*, 1986), textos de cariz basicamente polêmico (*História e materialismo histórico no Brasil*, 1985; *O populismo. A confusão conceitual*, 1989), textos de caráter testemunhal-autobiográfico (como o excelente *Memórias de um soldado*, 1967 e o substantivo *Memórias de um escritor*, 1970) e, ainda, antologias organizadas com o expreso objetivo de contribuir para a formação, no país, de uma cultura marxista elementar (todas editadas em 1968: *Fundamentos da economia marxista*, *Fundamentos*

*da estética marxista, Fundamentos do materialismo dialético e Fundamentos do materialismo histórico).*

Mas, a nosso juízo, a leitura rigorosa da obra de Sodré deve levar em conta, muito mais que esta discriminação, os *dois momentos* constitutivos da evolução de nosso autor, a que nos referimos antes, balizados pelas *experiências decisivas* que também assinalamos – sua participação nas lutas do Clube Militar e sua intervenção no Iseb. Como já sublinhamos, não se trata de localizar um “corte” na sua obra ou de pensar a sua primeira produção como uma espécie de “idade da pedra” (para retomar a célebre imagem a que recorreu José Carlos Mariátegui, o “pai do marxismo latino-americano”, para caracterizar os seus próprios escritos juvenis) – até porque, ao longo do tempo, pesquisas e materiais acumulados antes, durante e depois daquelas experiências foram largamente retomados e retrabalhados por Sodré, derivando na redação de vários textos publicados nos anos 1960. Inclusive projetos esboçados anteriormente e no interregno daquelas experiências tomaram corpo e forma cerca de quinze anos depois de sua idealização – este parece ser o caso, por exemplo, da *História militar do Brasil*, que Sodré concebeu, no final dos anos 1940, como um projeto coletivo e que só pôde ser realizado individualmente em 1965.

Com efeito, aquelas experiências balizam um espaço de inflexão no processo intelectual de Sodré: sem

implicar um giro nos seus interesses e preocupações fundamentais, compeliram-no a uma aprofundada revisão dos seus supostos teóricos e, dada a sua coerência como pesquisador, a um tratamento diverso de temáticas que, já antes delas, saturavam o seu universo intelectual.

*Toda a obra de Sodré centra-se sobre uma questão nuclear: a constituição da sociedade brasileira.* Tirante as suas primícias literárias (peças de ficção, como o conto que marcou a sua estreia, desprovidas de maior valor), os interesses e as preocupações fundamentais de Sodré, do seu primeiro aos últimos escritos, voltam-se para esclarecer a história da emergência do Brasil como formação econômico-social determinada. Se se pudesse sintetizar o *problema* que mobilizou toda a energia, todo o esforço de Sodré, diríamos: o Brasil, *o Brasil como um enigma a ser decifrado.*

Ao longo da evolução de Sodré, variaram as ênfases, alteraram-se os recortes analíticos, modificaram-se os suportes teóricos e metodológicos da sua elaboração; mas a *unidade* da sua obra teve como base o rigoroso empenho, *valendo-se dos recursos do marxismo*, para *compreender a particularidade histórica da formação social brasileira.* É nisto que assenta a unidade da obra de Sodré: o objeto que imantou todo o seu trabalho (marxista) de pesquisa, por mais de meio século, foi a história do Brasil. Pensamos que o seu projeto intelectual pode ser resumido

como *uma tentativa, sistemática e orgânica, à base do marxismo, de compreender os processos históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais que concorreram para estruturar a sociedade nacional brasileira*. Tentativa ambiciosa – e, acrescentaríamos, no essencial exitosa: ele nos ofereceu, na realização deste projeto teórico-analítico, uma *teoria do Brasil*. Nas palavras de João Quartim de Moraes, conhecedor de sua obra, “não há interpretação marxista do Brasil de maior peso histórico que a legada por Sodré em mais de sessenta anos de militância intelectual”.

Cumprir notar que o projeto de Sodré se insere num movimento, mais amplo, de “descoberta intelectual” do Brasil. Pensadores de outra geração já tinham lançado, ou estavam lançando, as bases deste empreendimento – que não se limitou a ensaios de natureza teórico-científica, mas envolveu também a arte (pense-se, por exemplo, em algumas expressões do Modernismo). Entre outros, Euclides da Cunha (1866-1909), Manuel Bonfim (1868-1932), Oliveira Vianna (1883-1951), com suas visões tão diferentes, respondem por aquelas bases. Nos anos 1930, surge uma geração – também de pensadores muito diversos entre si – que dará novos fundamentos àquela “descoberta”: recordem-se os nomes de Caio Prado Jr. (1907-1990), Gilberto Freyre (1900-1987) e Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982). Todos os três publicaram suas primeiras obras poucos anos antes de

Sodré estreou em livro (são de 1933 a *Evolução política do Brasil*, de Caio, e *Casa-grande & senzala*, de Freyre; é de 1936 o trabalho de Sérgio, *Raízes do Brasil*). Sodré, que dialogará e aprenderá com eles, no conjunto da sua obra distingue-se de todos. Os três, considerada a totalidade das suas obras, formularam, explícita ou implicitamente, uma *teoria do Brasil*; Sodré trabalhou na mesma direção – e distingue-se de todos, em última instância, pela *teoria do Brasil* que também acabou por formular.

Distingue-se de Sérgio (o único, entre os três, que tinha forte sensibilidade e qualificação para o trato da cultura e da arte; Freyre, quanto a isto, era apenas um fino dilettante) tanto pelas influências teóricas – sabe-se do influxo das ideias de Weber sobre ele – quanto por sua produção no trato de formas culturais determinadas (a literatura). Distingue-se de Freyre também quer pelos seus supostos teóricos (que, no pernambucano, configuravam uma perspectiva eclética), quer pelo conservadorismo político-social próprio do autor de *Casa-grande & senzala*. Distingue-se de Caio, fundamentalmente, pela amplitude dos seus conhecimentos e, ainda, pela sua concepção do marxismo (em especial no domínio da economia e da filosofia).

Já no período anterior àquelas duas *experiências decisivas* – vale dizer: até o final dos anos 1940 –, os primeiros passos em direção a uma *teoria do Brasil* comparecem no seu primeiro livro, a *História da literatura brasileira*

(1938). A edição original (depois tão modificada que constitui, como vimos, um novo livro) tinha a pretensão de inaugurar uma análise materialista do processo literário em nosso país: buscava articular o desenvolvimento literário com as condições socioeconômicas da vida brasileira; o objetivo foi bastante comprometido pelos viéses sociologistas (e mesmo mecanicistas) que subjaziam à reflexão do autor, mas no texto comparece a investigação histórica que então inicia. Na obra que se lhe segue, *Panorama do Segundo Império* (1939), aprofundando o seu contato com a documentação do século XIX (Pereira da Silva, Varnhagen e Southey e em que é perceptível alguma influência de Oliveira Vianna), Sodré focaliza o período que vai da maioridade de Pedro II à crise do império, enfatizando a “lenta circulação de elites”; a sua pesquisa, já aí, demonstra-lhe a centralidade da escravidão para a compreensão da formação histórica brasileira. Em 1941, nosso autor publica *Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, produto de sua vivência militar no sertão do além-Paraná, hoje região do Estado de Mato Grosso do Sul; Sodré entende que a conquista do Oeste, operada pelo “ciclo das bandeiras” e pelo “ciclo das monções”, completa-se com o “ciclo pastoril” – que ele estuda, considerando as migrações internas e analisando as condições contemporâneas da pobreza do oeste, cuja origem tributa à Lei de Terras (1850). É de 1942



*Orientações do pensamento brasileiro*, livro que enfeixa uma introdução e oito capítulos dedicados a ensaístas e romancistas (Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Fernando de Azevedo; Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado e Lúcio Cardoso) – Sodré os trabalha para apontar o que lhe parecia o surgimento da cultura expressiva de um emergente *pensamento nacional*. Quanto à pequena *Síntese do desenvolvimento literário do Brasil*, lançado no ano seguinte, tem apenas a singularidade de sumariar o processo literário brasileiro sem citar nominalmente qualquer autor.

Porém, é de 1944 – antecedendo de um ano o já mencionado *O que se deve ler para conhecer o Brasil* – o texto que, a nosso juízo, delinea os componentes centrais que, revisados, estarão na sua futura *teoria do Brasil* (formulada na passagem dos anos 1950 aos 1960): *Formação da sociedade brasileira*. Enfeixando a reflexão que vinha realizando sobre a história da nossa sociedade, este livro é como que a súpula das pesquisas até então efetuadas por Sodré e da sua interlocução (entre outros) com os estudos de Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre – o próprio Sodré não reivindica para esta obra outra originalidade que a do seu *método*.

Sodré apanha o processo de colonização vinculando-o às exigências da situação de Portugal no contexto mundial e mostra o sentido da drenagem, para o exterior,

das riquezas coloniais; aponta como a propriedade da terra (o latifúndio) e o regime do trabalho (escravista), mesmo com a ruptura dos laços da dependência política com a metrópole (1822), travam mudanças estruturais na economia e no sistema de poder, sem romper com o ordenamento do “capitalismo colonial”. Somente após a guerra contra o Paraguai, deflagrando-se os movimentos abolicionista e republicano e emergindo um incipiente impulso industrializante, o patriarcalismo ruralista vê erodidas as suas bases. Ao fim do século XIX, nem a Abolição (realizada em condições tais que não ofereceu aos libertos quaisquer condições de se livrarem da subordinação e do pauperismo) nem a República descentralizadora (que logo foi capturada pela lógica de dominação dos grandes proprietários) operam transformações substantivas na nossa sociedade. Entretanto, no seu bojo, gestam-se elementos que se revelarão eversivos – entre eles: modificações na organização produtiva e crescimento urbano, corolários da industrialização que se inicia; o peso das correntes migratórias do exterior; a diversificação da estrutura social, com o surgimento de novas camadas médias e novos conflitos de interesses. O impacto da crise de 1929 desobstrui a via para a expressão desses elementos e a República Velha, juntamente com a “política dos governadores”, desaba – uma nova quadra se abre para a sociedade brasileira.

Em resumidas contas, o esboço da *teoria do Brasil* que aparece neste livro de 1944 é a de uma formação social que se estrutura, do século XVI (sob o comando do capital mercantil) ao início do século XX, sem rupturas em face de sua original heteronomia econômica e em face da dominação política da grande propriedade fundiária. A conjugação de ambas (dependência e latifúndio) responde pelo atraso econômico e pela ausência de instituições democráticas efetivamente operantes. A evolução do pensamento de Sodré, como veremos, não cancelará estas duas determinações, mas haverá de enriquecê-las substancialmente ao articulá-las com muitas outras, através de múltiplas e complexas mediações – o que só será possível através de um melhor domínio dos seus instrumentos teórico-metodológicos.

Este melhor domínio, Sodré o alcançará no decurso e nos desdobramentos das suas *experiências decisivas*: com efeito, resultará do seu permanente estudo, da sua contínua pesquisa por mais de uma década – entre o imediato pós-guerra e a sua participação no Iseb, entre as publicações de *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1945) e de *Introdução à revolução brasileira* (1958), Sodré não produzirá nenhum livro (ainda que tenha preparado textos que tiveram circulação restrita, só depois, geralmente refundidos, entregues ao grande público). No caso de um pesquisador e escritor com a sua capacidade de trabalho

(e em pleno vigor físico e intelectual), evidentemente que este lapso de quase silêncio editorial não se deve às suas tarefas profissional-militares ou à sua participação nas disputas do Clube Militar, ainda que as primeiras, no final dos anos 1940 – o magistério da Escola de Estado-Maior –, possam tê-lo absorvido muito. Na verdade, estes anos, em que faz aquelas *experiências decisivas* e as processa e elabora, são aqueles em que Sodré, sintonizado com os movimentos sociais que operavam para a democratização da vida brasileira, redimensiona e aprofunda seus estudos no âmbito da teoria marxista. É neste domínio, em nosso juízo, que Sodré mais avança, num movimento que determinará modificações significativas em sua visão do Brasil: se, nos seus textos anteriores aos anos 1950, é possível detectar influências de nítida marca materialista vulgar (Leandro Konder as julga provenientes de Haeckel e Buchner), ao final desta década ele as supera conclusivamente, graças ao seu permanente e contínuo estudo. De fato, o Sodré dos fins dos anos 1950, ademais de haver acumulado um conhecimento direto de Marx, Engels e Lenin, realiza uma leitura (pioneira entre os marxistas brasileiros) de Lukács e Mariátegui. São estes (novos) fundamentos teórico-metodológicos que abrirão o passo à formulação da *teoria do Brasil* de Sodré.



## 4. A teoria do Brasil de Sodré

As bases da *teoria do Brasil* enfim elaborada por Sodré foram explicitadas entre 1956/1957 e 1962 (quando nosso autor, recordemos mais uma vez, à época beirando os seus 50 anos, chegava à sua maturidade) e resultam, essencialmente, da sua plena apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos marxistas e das condições de pesquisa, ensino e diálogo intelectual que a atividade nos marcos do Iseb lhe propicia. E dois pensadores, aliás não pertencentes aos quadros desta instituição, serão também importantes para a elaboração de Sodré: Alberto Passos Guimarães, estudioso da questão agrária que logo daria à luz o polêmico *Quatro séculos de latifúndio* (1963), e Celso Furtado que, então, publicava o seu clássico *Formação econômica do Brasil* (1959). Em nosso entendimento, os textos fundacionais daquela *teoria do Brasil* estão, primeiro, na *Introdução à revolução brasileira* (1958) e, clara e limpidamente, em *Formação histórica do Brasil* (1962).

É desnecessário observar que este momento evolutivo do pensamento de Sodré não expressa somente um processo individual ou biográfico. Os anos 1950, no mundo

e no país, registram modificações importantes. A crise da autocracia stalinista (que afetou diretamente o marco ideológico no qual gravitavam os partidos comunistas, rebatendo, obviamente, no brasileiro) abriu o caminho, a partir de 1956, para a ultrapassagem do dogmatismo que engessou o marxismo por três décadas; a agressividade do imperialismo não pôde travar o movimento de libertação nacional na Ásia e na África, nem impedir experiências como a que se desenvolveu em Cuba a partir de 1959. Em nosso país, verifica-se, especialmente na sequência do suicídio de Vargas, um alargamento da participação política. Aqui, se no contraponto da cena histórica as forças reacionárias, conluídas com o imperialismo, articulavam o seu projeto político na conspiração, emergia na superfície da vida social um bloco de forças e protagonistas que pressionava no sentido de um processo de democratização (do Estado e da sociedade) – processo que avança nitidamente na abertura dos anos 1960 e contra o qual se dará o golpe do 1º de abril de 1964. É basicamente com este processo de democratização que está sintonizada a elaboração de Sodré – e, por isto, não é casual que o livro de 1958 traga em seu título a palavra *revolução*.

*Introdução à revolução brasileira* é um conjunto de ensaios organicamente encadeados, reunindo materiais preparados nos anos imediatamente anteriores e apresentados em conferências e aulas. Na sua primeira edição,

difere da segunda (1963) – nesta, Sodré retirou um ensaio sobre a evolução militar, tema a que voltaria exaustiva e posteriormente na *História militar do Brasil*, e acrescentou dois outros, tratando do *nacionalismo* e da categoria *povo* no país – e também da terceira (1967, que pode ser tomada como a definitiva), quando lhe apôs um texto (“Perspectivas”) referido ao quadro posterior a 1964. Em 1958, Sodré se propõe um exame da história brasileira, do século XVI a meados do século XX – história na qual encontra três cortes: a Independência, a República e a “revolução brasileira”, aberta com o movimento de 1930, que ele caracteriza como uma revolução “democrático-burguesa de tipo novo”. Ele enfatiza o caráter *diferente* dessa revolução, o seu “tipo novo” comparativamente às revoluções burguesas “clássicas”, assinalando as condições específicas em que ela se processa (num país dependente, com o capitalismo já entrado em seu estágio monopolista – vale dizer, imperialista). Para ele, pesa fortemente nesta especificidade o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, resultado seja da estreiteza do mercado interno (cujo alargamento é travado também pelas sequelas do regime escravista outrora imperante), seja da exploração imperialista.

Os dois ensaios introduzidos na segunda edição dizem respeito precisamente às possibilidades de um desenvolvimento econômico-social e político capaz de



conduzir a “revolução brasileira”, inaugurada com o movimento de 1930, a um novo estágio. O texto sobre o nacionalismo, baseado em uma aula proferida no Iseb em 1959, buscava fundamentá-lo pesquisando suas raízes no processo histórico brasileiro; distinguindo-o do nacionalismo emergente na Europa do primeiro pós-guerra (no que, aliás, retomava um procedimento de Mariátegui, expresso num escrito de 1925), via nele o *instrumento* para barrar a ação predatória imperialista. O outro texto, tematizando *Quem é o povo no Brasil* (antes publicado numa coleção – “Cadernos do povo brasileiro” – da Editora Civilização Brasileira em que colaboraram muitos dos isebianos), procurava identificar os *sujeitos* daquela condução; para nosso autor, *povo*, no Brasil da época,

são as partes da alta e da média burguesia que permanecem fiéis ao seu país, é a pequena burguesia que, salvo reduzidas frações corrompidas, forma com os valores nacionais e democráticos, é o numeroso campesinato que acorda para a defesa dos seus direitos, é o semiproletariado e, principalmente, o proletariado, que se organiza amplamente e comanda as ações políticas. É este o povo que vai realizar a revolução brasileira.

Está claro que, definindo assim o bloco histórico cuja tarefa consistia na realização da “revolução brasileira”, Sodré deixava claro como concebia o caráter do seu estágio: uma *revolução nacional e democrática* – o socialismo não lhe parecia estar na ordem do dia. Em 1967, três anos

depois do golpe, escrevendo o texto “Perspectivas”, integrado na terceira edição da *Introdução à revolução brasileira*, Sodré o visualizava como um episódio que não deteria o “carro da história” e considerava que, para derrotar a ditadura, era necessário construir uma ampla frente democrática. É neste texto que Sodré formula uma ideia que boa parte da esquerda da época criticaria duramente, mas que, anos depois, seria amplamente valorizada: “Não há muralhas entre as reformas e a revolução: aquelas são etapas necessárias desta”. Aliás, pensando exatamente a “revolução brasileira”, Sodré foi dos primeiros, na esquerda brasileira, a compreender a importância dos institutos democráticos; em 1962, escrevia:

A defesa do regime democrático, no processo da Revolução Brasileira, não se prende (...) ao supersticioso respeito a uma legalidade formal, mas à compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento. Não interessa ao nosso povo, evidentemente, uma legalidade qualquer, e uma democracia qualquer, mas o regime democrático efetivo cujo conteúdo esteja intimamente ligado ao desenvolvimento de alterações econômicas, políticas e sociais capazes de afetar profundamente o país e corresponder ao avanço das forças produtivas que impõe modificações radicais nas relações de produção. (...) A manutenção e a ampliação do regime democrático aparece como imperiosa necessidade.

As ideias desenvolvidas nestes anos, 1958-1962, já o dissemos, estão diretamente conectadas à sua pesquisa e à sua docência no Iseb – pesquisas que redundaram em textos originalmente de circulação restrita, como *História do vice-reinado do Prata*, *A campanha riograndense*, *O Tratado de Methuen* e *As classes sociais no Brasil*; constituem substratos da *teoria do Brasil* que seria explicitada na *Formação histórica do Brasil* e já se apresentam, por exemplo, na nova edição (a terceira, de 1960) da *História da literatura brasileira* e alguns deles seriam posteriormente publicados em livro.

É de 1961, em edição do Iseb, *A ideologia do colonialismo*, ensaios em que Sodré – discutindo Azeredo Coutinho, José de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna – refuta detalhada e rigorosamente a “ideologia do colonialismo”, assim caracterizada por ele: um

conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a dominação sobre as áreas de que se haviam aposado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhes o destino, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. Surgiu e cresceu com a fase mercantilista e consolidou-se com o acabamento do processo que colocou o capitalismo como modo de produção predominante,

desembocando na fase imperialista que assistimos. Sumariamente, nos fins do século XIX, tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização. Sob o clima tropical não seria possível forma adiantada de organização social, econômica ou política; a raça negra seria inferior e, como tal, destinada apenas ao trabalho, influenciando negativamente nos cruzamentos em que concorresse, como de resto seriam por si mesmos negativos os cruzamentos; as técnicas avançadas de organização política, como de produção, não poderiam ser adaptáveis a povos coloniais, onerados pelo clima e pela raça – tais foram, entre outras menos importantes, formas muito difundidas de uma ideologia que no fundo preferia apenas coonestar e justificar a exploração colonial.

Sodré assinala que a difusão da ideologia do colonialismo deve-se ao processo de *transplantação cultural* (“a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos, no campo político como no campo artístico”). Estudando aqueles influentes intelectuais, no seu livro, Sodré, segundo Norma Côrtes,

descreve um discreto, mas crescente processo de emancipação intelectual. *A ideologia do colonialismo* narra a marcha e uma espécie de ‘espírito de consciência nacional’, isto é, um processo imperceptível, que (...) resultou ser disruptivo o bastante para (...) vir a se configurar como rompimento do ideário de subordinação colonial.

Fruto de elaborações deste mesmo período, mas só publicado em 1965, é o volume *As razões da independência*. Nele, Sodré busca a gênese de um fato constitutivo da sociedade brasileira: o fato de a ruptura política com a metrópole portuguesa não ter significado, efetivamente, a criação de um Estado nacional realmente autônomo, independente. Neste livro, há um traço específico: o autor situa o problema não apenas para o caso brasileiro, mas o trata em relação também à América Hispânica – já à época, Sodré afirmava “que os povos latino-americanos têm uma história comum, como têm um destino comum. Estudá-la separadamente tem sido um dos erros da historiografia oficial”. Em quatro capítulos (nos quais retoma textos que resultaram de pesquisas também realizadas no Iseb), Sodré analisa o Tratado de Methuen, para esclarecer a subordinação de Portugal à Inglaterra, o Vice-Reinado do Prata, para iluminar o peso da presença britânica no Cone Sul (tecendo notáveis observações sobre a fragmentação das colônias espanholas e a emergência do caudilhismo) e os tratados de 1810, sinalizando as bases da influência inglesa no Brasil; no último capítulo, dedicado a uma conjuntura histórica pouco estudada, a Regência, Sodré demonstra que a ruptura política com a metrópole não se circunscreveu ao ato do 7 de setembro, mas foi um processo complicado e envolveu movimentos insurre-

cionais durante a primeira metade do século XIX (Farroupilha, Cabanagem, Sabinada e Balaiada).

É com o acervo de conhecimentos assim acumulado, mais os avanços que realizou no domínio da teoria marxista, que Sodré formula o essencial da sua *teoria do Brasil* no livro que dá a público em 1962, verdadeira matriz de todo o seu pensamento maduro: *Formação histórica do Brasil*.

Em 7 capítulos, precedidos de uma larga introdução teórica, Sodré oferece um painel da constituição da formação social brasileira, percorrendo os marcos da colonização, do episódio da independência, do império e da república – quando, a partir de 1930, desenvolve-se a “revolução brasileira” –; substantivamente, o que ele quer apreender é o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nesta obra seminal, Sodré abandona algumas de suas teses anteriores, em especial a da existência de um “capitalismo colonial” no país: remetendo-se ao período colonial, e recusando a identificação (própria de Caio Prado Jr.) da existência de relações mercantis com o modo de produção capitalista, menciona o “regime escravista colonial” e sustenta que uma das particularidades da nossa formação social consiste na coexistência, por longo tempo, de modos de produção diferentes – a “contemporaneidade do não coetâneo”. É neste quadro analítico que ele se refere à emergência de uma “regressão feudal” na sociedade colonial, num passo que deu margem a

grande e prolongada polêmica, de que participaram, em momentos diferentes, estudiosos do nível de Caio Prado Jr. e Jacob Gorender.

Não foram estes importantes historiadores, porém, os únicos a intervirem com posições críticas: foi a entrada em cena de interlocutores pouco qualificados que barateou o debate, no qual se atribuiu sumariamente a Sodré a “tese stalinista” de um “Brasil feudal”. A apreciação dos anos mais recentes (que contou com a contribuição, entre outros, de João Quartim de Moraes, Jorge Grespan e Marcos del Roio) desmontou a crítica apressada e desinformada de que Sodré foi alvo. E tem razão André Moysés Gaio quando, depois de anotar que Sodré foi o primeiro a sinalizar a importância da noção lenineana de “via prussiana” para a interpretação da história brasileira, observa que é impertinente atribuir a ele a utilização de um “esquema stalinista” e escreve:

O feudalismo, quando comparece no texto [*Formação histórica do Brasil*], se desenvolve paralelamente ao escravismo ou, noutra hipótese polêmica, apresenta-se como regressão a partir da decadência, por exemplo, da economia mineradora. Não encontramos aqui qualquer traço de esquematismo ou ortodoxia stalinista (...). Pelo contrário, são hipóteses extremamente corajosas e estimulantes para pesquisas posteriores.

A visão do processo histórico brasileiro formulada em *Formação histórica do Brasil* – em suma, o que aqui de-

signamos como a sua *teoria do Brasil* –, Sodré manteve-a até seus últimos escritos. Mas não foi apenas a questão do “feudalismo” que se constituiu em objeto polêmico na obra de 1962: foi também a análise contemporânea das classes sociais nela presente, que apresentava uma fração burguesa como “burguesia nacional” e, pois, inclinada a uma aliança com o proletariado para a consecução de uma “revolução nacional e democrática” (veja-se, mais acima, nosso comentário a *Quem é o povo no Brasil?*). Alguns críticos quiseram ver nesta análise uma equivocada transposição, para o quadro brasileiro, da vocação progressista da burguesia clássica; ora, quanto a isto, Sodré sempre foi muito claro – 5 anos depois da publicação do livro de que estamos nos ocupando, ele insistia na particularidade das burguesias periféricas: “Equiparar a burguesia de países do tipo do Brasil à burguesia dos países em que se operou a revolução burguesa clássica (...) é uma deformação que indica desconhecimento histórico irremediável”.

Mais adiante, voltaremos a algumas dessas questões. Por agora, basta salientar que a arquitetura de *Formação histórica do Brasil* apresenta a *teoria do Brasil* própria de Sodré, resultado do *projeto intelectual* a que nos referimos páginas atrás. É ela que conduz ao tratamento da conjuntura dos anos 1960, nos quais, para Sodré, a “revolução brasileira” tinha por tarefa principal a liquidação do poder do latifúndio e da subordinação ao imperialismo



– tratava-se, pois, de uma etapa que não tinha como objetivo imediato o socialismo, mas sim a viabilização de um padrão de desenvolvimento capitalista independente.

É ainda nos marcos da sua atividade no Iseb, em 1963, que Sodré estimulou e participou de um projeto inovador, conduzido por ele e uma equipe de jovens colaboradores – Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Melo, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Rubem César Fernandes, oriundos do curso de História da então Faculdade Nacional de Filosofia (RJ) –: o projeto da *História nova do Brasil*.

A equipe se propôs produzir uma coleção didática para ser distribuída pela “Campanha de Assistência ao Estudante” (Cases), órgão do à época Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o qual se firmou um convênio. Tratava-se, de acordo com a equipe, de contribuir para uma *reforma do ensino básico* de História no país, uma vez que os livros didáticos então disponíveis eram “comprovadamente inadequados, pois neles o passado nada tem a ver com o presente, o Brasil pouquíssimas vezes tem a ver com o mundo” e não davam conta das “ações decisivas de nosso povo”. Ao mesmo tempo em que afirmavam que a “função social [da História] está justamente no fato de que lhe cabe explicar o presente”, os autores projetavam um duplo alargamento do campo da disciplina – “verticalmente: fazendo ingressar nele a

sociedade, a economia e a cultura; é preciso fazer aparecer o nosso povo” e “horizontalmente: fazer aparecer os fatores condicionantes de ordem mundial. Para nós, não é possível explicar a história do Brasil sem inseri-la no quadro da história moderna e contemporânea”.

Assim é que a equipe elaborou um plano de 10 títulos, cuja publicação, iniciada em 1964, foi logo interrompida pelo golpe do 1º de abril; uma edição redimensionada para 6 volumes, teve apenas 2 deles publicados (pela Editora Brasiliense, SP) no ano seguinte – e apreendidos por sicários da ditadura, que acabou por abortar o projeto. A perseguição (além da que se abateu sobre Sodré) sofrida pelos jovens pesquisadores na imediata sequência do golpe, perseguição que os levou à prisão e, no caso de alguns, ao exílio, foi um dos primeiros exemplos das novas condições em que se exercitaria a pesquisa e a ciência sociais no Brasil por anos que seriam dos mais difíceis da nossa história.



## 5. Concretizações da *teoria do Brasil*: as obras maiores

À base das concepções explicitadas em *Formação histórica do Brasil*, aprofundadas, e em pesquisas que vinha realizando desde finais dos anos 1940 e que prosseguiram no Iseb e nos anos subsequentes, Sodré produziu as suas *obras maiores* que, incluindo a *História da literatura brasileira* em sua terceira edição, constituem a concretização da sua *teoria do Brasil*: trata-se da *História da burguesia brasileira*, da *História militar do Brasil* e da *História da imprensa no Brasil* – todas publicadas nos anos 1960.

Estes trabalhos não esgotam a sua produção naquela década. São também daqueles anos as *Memórias de um soldado* (1967) e o primeiro volume de *Memórias de um escritor* (1970). Nas 644 páginas das suas memórias da vida militar, Sodré oferece um extraordinário relato da (sua) vida na caserna – extraordinário precisamente porque não se limita à rememoração pessoal, mas condensa numa trajetória de vida as determinações essenciais da constituição e do protagonismo do Exército brasileiro na primeira metade do século XX. Também nas 365 páginas do volume inicial das *Memórias de um escritor*

(que prosseguirão n' *A luta pela cultura*, 1990), a narrativa desborda amplamente o domínio individual, incidindo sobre a condição do intelectual no Brasil posterior a 1930. Toda esta memorialística, portanto, é *parte inseparável* do trabalho do *historiador* Sodré e não se pode ignorá-la se se quiser conhecer em profundidade o Brasil do século XX. Contudo, é nas *obras maiores* de Sodré que se concretiza a sua *teoria do Brasil*.

Convém lembrar que três destas obras vêm a público logo na sequência do golpe do 1º do abril de 1964. A instauração da ditadura, mesmo atingindo brutalmente os círculos intelectuais, não foi capaz, no imediato, de liquidar a influência do pensamento crítico na cultura brasileira. Pelo contrário, os avanços político-culturais dos anos anteriores eram tais que, poucos meses depois, registrava-se o aparente paradoxo – notavelmente estudado, em 1969, por Roberto Schwarz, em célebre ensaio – de o país estar submetido a uma ditadura de direita e possuir, ao mesmo tempo, uma cultura cujo tom era dado por pensadores de esquerda. Somente com o Ato Institucional nº 5 (dezembro de 1968) foi interrompida e praticamente suprimida, por anos, esta forte influência da esquerda no plano cultural. As *obras maiores* de Sodré fazem parte daquela *cultura de esquerda* que a ditadura temporariamente calou, mas que, no final das contas, resistiu e transcendeu o obscurantismo.

*História da burguesia brasileira*, publicada em 1964, com as suas densas 418 páginas e uma formidável bibliografia (esquadrinhada por anos a fio), é uma das primeiras concretizações da *teoria do Brasil* de Sodré. Em 5 partes, precedidas por um breve prefácio, é um magistral esforço – fundado teoricamente num sólido domínio de categorias marxistas – para reconstruir a trajetória da burguesia brasileira, da sua gênese à entrada dos anos 1960. Livro pioneiro no trato da classe burguesa em nosso país e na rigorosa reconstrução do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a obra apreende a *particularidade* da formação histórica da nossa sociedade.

Esta particularidade, que responde pela específica problemática brasileira tal como se apresenta no fim da primeira metade do século XX, tem suas raízes em dois fenômenos, eles mesmos intimamente vinculados. O primeiro diz respeito à inserção econômica da colônia no nascente sistema capitalista: conduzida a empresa colonial por grupos mercantis da metrópole, que operavam ainda numa ordem essencialmente controlada pela nobreza feudal lusitana, seu fundamento foi o escravismo. Mas, a partir de meados do século XVII, nas áreas de pastoreio do sertão (nordestino e mais ao sul), desenvolve-se um particular regime de relações feudais que acaba por estender-se a regiões de escravismo declinante (Minas Gerais) – uma regressão que se prolonga até inícios

do século XX. E é quando, em nível histórico-universal, o capitalismo ingressa no seu período imperialista (cerca de 1880/1890) que relações estritamente capitalistas (não apenas mercantis, que estas vinham de longe) começam a ter vigência expressiva no Brasil. Assim – e aqui o segundo fenômeno –, a burguesia brasileira se constitui peculiarmente, sem paralelo com as burguesias dos países capitalistas centrais: trata-se de uma burguesia que não surge (como a europeia) pela expropriação dos meios de existência e produção dos produtores diretos (que não eram camponeses ou artesãos, mas escravos despossuídos) e nasce dependente do imperialismo e sem colisões frontais com os monopolizadores da propriedade da terra (os latifundiários).

Sodré mostra como esta burguesia débil procura fazer valer suas pretensões já no albor da república, mas que somente a partir do movimento de 1930 – fruto de uma coalizão política de forças heterogêneas, da qual ela participa – passa a ter peso institucional (refletido na modernização do aparelho estatal). Com a aceleração do processo de industrialização, diferenciando-se internamente, ela se desenvolve, com objetivos colidentes com o latifúndio e o imperialismo – dois freios aos seus interesses de classe. Para dar curso a seu pleno desenvolvimento, porém, ela teria que apoiar-se no proletariado, vale dizer, no seu antagonista central. A burguesia brasileira

encontrava-se, pois, em meados do século XX, diante de um dilema crucial: ou mantinha seus vínculos com o latifúndio e o imperialismo, travando o processo da “Revolução Brasileira”, ou inseria-se nele, aliando-se ao bloco de forças populares centralizado pelo proletariado – esta alternativa não parecia improvável para Sodré, que apostava que nela poderia pesar fortemente o interesse da fração burguesa que tinha compromissos nacionais (a “burguesia nacional”).

Ao contrário do que afirmam muitos de seus críticos, Sodré não tinha quaisquer dúvidas acerca da contradição entre a burguesia e o proletariado brasileiros. Sustentando que ela “só pode ser entendida (...) em sua conexão com as outras contradições” (isto é, com o latifúndio e o imperialismo), nas últimas páginas da *História da burguesia brasileira*, Sodré escreve, com toda a clareza, que “a contradição entre a burguesia e o proletariado (...) tem uma importância indiscutível para a luta de que o Brasil é teatro e para o conjunto de transformações que já foi consagrado como constituindo a Revolução Brasileira”. Mas concluía insistindo em que à burguesia nacional estava reservado um papel importante no “processo da Revolução Brasileira”.

Em 1965 publica-se a *História militar do Brasil*, antigo projeto de Sodré, originalmente pensado como obra em que interviriam vários autores. Ele mesmo, de



longa data, vinha analisando as forças armadas brasileiras (especialmente o Exército), e já na edição de 1958 de *Introdução à revolução brasileira* ocupara-se do tema. Mal lançada a *História militar do Brasil*, a ditadura determinou a sua apreensão e a censura encarregou-se de impedir a sua divulgação. O alentado volume (439 páginas, aí incluída a substantiva bibliografia) é outra das *obras maiores* de Sodré e também constitui, na documentação brasileira, um esforço pioneiro de compreender as forças armadas brasileiras relacionando-as ao desenvolvimento econômico-social do país.

Sodré analisa a história militar do Brasil (considerando as suas forças armadas, mas priorizando o Exército) como um processo que se desdobra em três fases. Na “fase colonial”, que se encerra, para ele, em 1831 (com a criação da *Guarda Nacional*, que servirá especialmente ao latifúndio), a estrutura militar está a serviço do empreendimento colonizador: o inimigo era o pirata e o indígena – só depois passaria a ser o grosso das classes subalternas. A “fase autônoma”, que se estenderia até 1930, registra uma clara diferenciação entre o Exército e a Marinha, resultado da forma de arregimentação – ao passo que a permeabilidade daquele à presença de elementos populares se revela visível (notadamente com a guerra contra o Paraguai), a composição social da Marinha tornava-a um claro instrumento dos estratos dominantes; ainda

nesta fase, nota-se o protagonismo político do Exército, de que é exemplo a proclamação da República e, nela, a recepção de demandas burguesas (o *florianismo*) – e a resposta reacionária do latifúndio, com a articulação das polícias regionais (estaduais) e a valorização da Marinha. Em 1930 teria início a “fase nacional”, expressando a ascensão burguesa na sociedade brasileira, com todas as contradições que a cercam e que resultam em movimentos militares de diferentes orientações, inclusive democráticas e populares – mas ele aponta, na sequência do levante (liderado pelos comunistas) de 1935, um processo (conduzido por Góis Monteiro) em que ficam travadas as dimensões democráticas da força militar. Também nesta fase, após a participação do país na guerra, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que apressou o fim do Estado Novo, Sodré assinala, a partir da Guerra Fria, o exitoso esforço do imperialismo para influir nas nossas forças armadas, dando curso, a partir do Governo Dutra, a uma instrumentalização delas, que não se impôs sem encontrar resistências. Instrumentalização que, segundo Sodré, valeu-se de uma esquerdização dos setores militares nacionalistas e democráticos na entrada dos anos 1960 para neutralizá-los e, enfim, expurgá-los no pós-1964. O conjunto da análise desenvolvida por Sodré, que cobre os principais episódios em que se envolveram as forças armadas de 1831 a 1964, vai no sentido de assinalar a exis-

tência, fundamentalmente no Exército brasileiro, de um componente democrático, comprometido com as causas nacionais – componente derrotado em 1964.

Estes dois livros de Sodré receberam críticas e provocaram polêmicas acesas. Novamente foi debatida (e muitos continuaram a recusá-la) a sua tese da “regressão feudal”, mesmo que ele a tenha precisado com mais detalhe. Entretanto, esteve mais em evidência, nas críticas, o papel que Sodré atribuía à “burguesia nacional” na “revolução brasileira”, bem como a sua concepção acerca do peso que o componente democrático teria entre os militares (especialmente no Exército). O golpe do 1º de abril de 1964 certamente ofereceu elementos consistentes para estas críticas, assim como também enterrou o projeto de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil, uma das linhas de força do nacionalismo defendido por Sodré.

A nosso juízo, a *teoria do Brasil* que Sodré formula a partir de 1958 tem mesmo aspectos problemáticos, que não se devem às suas concepções teórico-metodológicas, mas a debilidades e insuficiências das bases empíricas sobre as quais ele construiu algumas de suas generalizações. Quanto à sua projeção da “revolução brasileira”, tal como formulada entre 1958 e 1964 (na qual se insere o papel atribuído à “burguesia nacional” e o peso da componente democrático-militar), parece claro que Sodré subestimou

as implicações econômicas, sociopolíticas e ideológicas do nível já alcançado pela integração do Brasil ao sistema capitalista mundial, bem como o grau de maturação das relações capitalistas na própria formação brasileira.

Se as duas obras que acabamos de mencionar provocaram tantas polêmicas e críticas, o mesmo não se passou com a *História da imprensa no Brasil* (1967), também obra maior de Sodré. Pela primeira vez, a imprensa brasileira era objeto de um exaustivo exame, processado mediante uma pesquisa que vasculhou as fontes originais, periódicos de todos os tipos dos anos da colônia à entrada dos anos 1960 (na quarta edição, de 1999, há uma nota introdutória alusiva à evolução posterior aos anos 1960). Tratava-se, novamente, de um trabalho pioneiro: quando o livro foi publicado, conforme notou Jânio de Freitas, registrava-se “a ausência de estudos sociológicos e históricos sobre a imprensa na sociedade brasileira”. Nas 583 páginas do livro de Sodré, o mesmo jornalista afirmou encontrar-se “o primeiro quadro geral, o primeiro levantamento global de que se passa a dispor para iniciar a avaliação da imprensa brasileira, em seus diversos aspectos”. *História da imprensa no Brasil* é o resultado de trinta anos de pesquisa: arrola e analisa a “imprensa colonial”, a “imprensa da Independência”, o “pasquim”, a “imprensa do Império”, a “grande imprensa” – que se constitui na transição do século XIX ao XX – e a sua “crise”. Quase

tudo o que de significativo se imprimiu no país a partir do século XVIII na condição de periódico foi alvo do tratamento de Sodré, numa pesquisa individual até hoje sem similar, cobrindo as organizações, os grupos sociais que representavam, as principais polêmicas travadas, a relação com o poder econômico e político e o perfil dos personagens envolvidos (com um precioso aparato de notas). Como observou Heloísa de Faria Cruz, nesta obra Sodré procurou dar conta “das formas de controle, da legislação reguladora e das formas de produção, circulação e difusão dos meios impressos”. E a sua leitura – considerando-se o trato conferido à evolução técnica, ao papel da publicidade e do monopólio das agências de notícias do século XX – demonstra a correção da tese de Sodré: “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”.

Ainda nos anos 1960, Sodré publica dois livros que atestam a sua contínua atenção à literatura: *Ofício de escritor* e *O naturalismo no Brasil*, ambos de 1965. O primeiro não é texto de maior relevo, embora interessante: desenvolve considerações gerais sobre a arte literária, a condição do escritor e a crise contemporânea da literatura. Já *O naturalismo no Brasil* é obra importante: se, na *História da literatura brasileira*, Sodré cuidara sinteticamente do que chamou de “episódio naturalista”, agora apresenta uma visão ampla e profunda do naturalismo (que distingue do

realismo) na nossa literatura. Ele investiga a particularidade da proposta naturalista brasileira em face das fontes europeias (França, Portugal) e conjuga a sua *explicação* com a sua *compreensão*: tanto recupera as conexões, no Brasil, entre o naturalismo e a estrutura social quanto apreende a tessitura propriamente literária do nosso naturalismo (são notáveis, por exemplo, as determinações que ele alcança no trato da *ironia* em Eça de Queiroz e Machado de Assis).

Já fizemos referência à *História da literatura brasileira* e assinalamos que, desde a sua terceira edição, de 1960, trata-se, comparada à sua primeira edição, de um livro *novo*, precisamente porque então incorpora a *teoria do Brasil* que Sodré está elaborando à época. É a partir desta terceira edição – que, como indicamos, será retrabalhada até o texto definitivo, da sétima edição (1980) – que *História da literatura brasileira* passa a integrar o conjunto das *obras maiores* de Sodré. A justa avaliação do que significou este livro, em sua terceira edição, deve levar em conta que, no momento em que Sodré o reescreve, eram poucas as contribuições marxistas à compreensão da literatura brasileira (entre as quais se deve contar o pioneirismo de Astrojildo Pereira) e quase inexistente o ensaísmo histórico-crítico apoiado em fundamentação teórica sólida (observe-se que *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*, de Antonio Candido, é obra publi-

cada praticamente quando Sodré está concluindo a nova versão da sua *História da literatura brasileira*). Somente ao longo dos anos 1960/1970 floresceram vertentes críticas de que ele pôde aproveitar-se no texto definitivo de 1980 – os aportes de, entre outros, Alfredo Bosi, Roberto Schwarz, Carlos Nelson Coutinho, José Guilherme Merquior, Walnice Nogueira Galvão, João Luís Lafetá e Telê Porto Ancona López.

O objetivo central da *História da literatura brasileira* é explicitar, sob a lente do materialismo histórico, o processo de constituição da literatura brasileira. Por isto, há no livro, a partir da sua terceira edição, um percuciente cuidado com os mecanismos de interação entre os *autores*, com a questão do *público* para a literatura (com argutas notações sobre o *aulicismo*, a *urbanização*, a *família*, a *condição da mulher*) e com os circuitos de divulgação (a *atividade editorial* e o papel do *jornal*). Sodré defende a tese de que só há literatura *nacional* na medida em que emerge no país o *povo* – concreta articulação de classes e franjas de classes identificadas pelo trabalho livre e pela mobilidade social; assim, a condição colonial e escravista só podia dar curso a uma *literatura colonial* que, salvo poucas e significativas expressões (por exemplo, Gregório de Matos), era literatura portuguesa produzida por epígonos de ultramar. Como a Independência não rompeu de fato com o estatuto colonial e manteve intocada a estrutura social, o

que ela possibilitou foi um processo de *transplantação cultural*, que Sodré analisa com precisão – e de que o romantismo brasileiro (para o qual Sodré oferece interpretação original, assim como para o chamado *indianismo*) não escapou. A reação antirromântica, sem romper inteiramente com o processo de transplantação, abre a via para o “episódio naturalista” e para a “interpretação do Brasil” (expressa por Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha). As três primeiras décadas do século XX, com a expansão das relações capitalistas e as suas implicações (a ascensão burguesa, a industrialização nascente e a urbanização), criam as condições para o surgimento de uma *literatura nacional*, configurada no pós-1930.

Não é possível, neste espaço, dar conta da riqueza cultural e analítica da *História da literatura brasileira*. Nem, menos ainda, indicar o tratamento específico que ela confere a autores seminais (Alencar, Gonçalves Dias, Castro Alves, Machado de Assis, Lima Barreto, Mário de Andrade e Graciliano Ramos). Mas, a nosso juízo, esta *obra maior* de Sodré deve ser considerada uma *história clássica* da nossa literatura, ao lado das que nos legaram Sílvio Romero e José Veríssimo – e tem o mérito de ser a primeira e maior contribuição que o pensamento marxista ofereceu à análise da formação da literatura brasileira.





## 6. Os últimos combates

A década de 1960 marcou o *apogeu intelectual* de Sodré: naqueles anos, ele produziu, quando contava com 50/60 anos de idade, as obras mais densas e substantivas da sua maturidade – o conjunto dos quatro grandes livros que designamos como as suas *obras maiores*. Mas o general da história e da cultura não parou de estudar, pesquisar e produzir: isolado, por anos recebendo críticas infundadas e ignorantes (provindas sobretudo do oficialismo acadêmico), até mesmo caluniado, Sodré prosseguiu combatendo.

Resistindo ao obscurantismo terrorista do regime do 1º de abril, Sodré redige em 1972, para ser publicado na Argentina, o livro *Brasil: radiografia de um modelo*, que sairá no Brasil um ano depois (1974) da sua edição em castelhano. Após resumir a história da formação social brasileira, Sodré assinala a inflexão que a ditadura realiza em 1968 e que viabiliza o seu “modelo”, no qual cabe ao Estado “apenas, e fundamentalmente, montar a infraestrutura destinada a proporcionar às empresas multinacionais um funcionamento satisfatório”. Um tal Estado

responde à nova dependência ao imperialismo mediante “o chamado ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’”, que “só pode ser entendido quando situado como uma decorrência de um processo de internalização do capitalismo em sua fase mais avançada de exploração”. Vale dizer: o “modelo”, implicando a expansão das relações capitalistas no espaço nacional, fazia-o no marco de uma nova inserção, mais subalterna, do Brasil no sistema imperialista.

É também no marco do combate à ditadura que, em 1976, Sodré publica *Introdução à geografia*. À parte considerações críticas sobre a geografia brasileira dominante naqueles anos, de evidentes tendências tecnicistas, o núcleo duro da análise de Sodré incide sobre a *geopolítica*, que, na sua ótica, derivaria do reacionário “determinismo geográfico” e fora ressuscitada ao tempo da Guerra Fria. Não é preciso muita argúcia para verificar que o alvo da crítica de Sodré é a utilização do argumento geopolítico pela cúpula ditatorial (Golbery do Couto e Silva).

É de 1984 – portanto, com a ditadura já agonizando – a publicação de *Vida e morte da ditadura*. Sodré traça neste livro uma espécie de história da ditadura instaurada no 1º de abril de 1964, analisando-a como uma reação – abertamente promovida pelo imperialismo – para travar e reverter o que, noutros contextos, ele chamou de “revolução brasileira”. A ênfase na análise é sobretudo político-ideológica. Sodré sublinha a influência norte-

americana sobre as forças armadas (não só as brasileiras) a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e mostra a reorientação que sofreram com a recepção da “doutrina de segurança nacional”; ele diferencia o golpe do 1º de abril dos processos golpistas anteriores pelo seu conteúdo anti-comunista. A resultante do golpe, porém, teve natureza claramente econômica: propiciou ao capital imperialista a mais absoluta liberdade de movimento, permitindo a drenagem das nossas riquezas, e configurou uma economia mais dependente, com enorme concentração de renda e de poder político. Ao final, Sodré chama a atenção para os limites da anistia e do processo de democratização emergente, dados pela baixa pressão popular, uma vez que as forças populares estavam debilmente organizadas na agonia da ditadura.

De 1987 é a publicação de *O governo militar secreto*, provavelmente escrito (pelo que se deduz das referências à imprensa) no final dos anos 1960. O objetivo de Sodré é mostrar a interferência e a intervenção do imperialismo – do capitalismo em seu estágio monopólico-estatal –, pela ação dos Estados Unidos, na América Latina (ainda que dois dos cinco capítulos sejam dedicados ao Brasil: um sobre o golpe do 1º de abril e outro sobre a transformação do Estado mediante a adoção de um “modelo policial”), interferência e intervenção a serviço do complexo industrial-militar. É interessante lembrar a noção de *governo*

*secreto* utilizada por Sodré: trata-se de governos “secretos no sentido de que exercidos por indivíduos, grupos ou organizações que não aparecem como tais – e secretos, principalmente, porque imunes à fiscalização e, em particular, ao sufrágio, à escolha, às formas normais de substituição e seleção”.

De fato, ao longo dos anos 1980/1990, Sodré voltou a intervir ativamente no debate brasileiro, especialmente através de ensaios e artigos publicados em revistas e jornais da esquerda. Muito deste material foi, em seguida, recolhido em volumes que então publica. Da produção deste período final, vale recordar aquele que marca o último combate de Sodré: *A farsa do neoliberalismo* (1995). Trata-se mesmo de um livro de combate: reunindo textos diversos, mas unificados pela preocupação em desmistificar a “globalização” neoliberal e as receitas do Consenso de Washington, Sodré aponta os seus impactos deletérios para as populações dos Estados dependentes – e indica, já então, os seus efeitos na desconstrução de direitos sociais consagrados na Constituição brasileira de 1988.

Mas a peça principal dos últimos combates de Sodré é aquela que produziu um pouco antes, quase chegado aos seus 80 anos: *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Este livro, de 1990, é primoroso. Na primeira parte, responde, com firmeza e fundamento, às críticas que foram feitas à sua análise dos modos de produção no Brasil

e demonstra, mais uma vez, a ausência de uma revolução burguesa “clássica” no país: aqui, avanços burgueses só são perceptíveis a partir do final do século XIX e, depois, com o movimento de 1930, que “assinala a ação violenta” para aprofundá-los, “mantendo o latifúndio e conciliando com o imperialismo”. Na segunda parte, cujo centro é “A época de Vargas”, Sodré demonstra como é mistificadora a rotulação de Vargas como “populista” e faz uma brilhante análise do seu protagonismo político e do caráter trágico do seu desfecho. Sua avaliação final de Vargas, vazada num estilo castigado e sóbrio, é antológica.



## Conclusão: um retrato incompleto

Na “Apresentação” deste ensaio, nós nos propusemos a oferecer ao leitor um retrato de Nelson Werneck Sodré – resgatando, de forma simples, a sua biografia e, especialmente, a sua obra.

Ao fim destas páginas, concluindo, importa-nos advertir ao mesmo leitor que o retrato que apresentamos está longe de ser um *retrato de corpo inteiro* de Sodré: antes, é um retrato bastante incompleto (e não só pelas nossas limitações, mas também pela dimensão dos livros desta coleção). Esta incompletude é óbvia: nós nos detivemos apenas no que julgamos de mais essencial na longa trajetória de Sodré e certamente deixamos de lado livros, polémicas, críticas que, num retrato de “corpo inteiro”, seguramente teriam o tratamento adequado. Mas ela também se revela na economia compulsória que tivemos de obedecer no trato mesmo daqueles aspectos essenciais a que nos ativemos.

Há muitos anos, quando escrevemos (1991) uma nota introdutória à segunda edição de *O naturalismo no Brasil* (1992), num tempo em que a reavaliação da obra



de Sodré dava os seus primeiros passos, mencionamos a existência de uma “muralha de preconceitos” erguida em torno de nosso autor, impedindo que as novas gerações dele se aproximassem. Agora, corridos 20 anos, pode-se afirmar que esforços de muitos estudiosos – alguns dos quais citados nas páginas precedentes – contribuíram para erodir aquela “muralha” e estimulam atualmente o conhecimento da obra de Sodré.

Este conhecimento, através da leitura de seus textos, precisa levar em consideração a sua contextualização. Deve-se ler Sodré situando-o no *seu* Brasil, que já não é o *nosso*, ainda que a *nossa* problemática tenha raízes no Brasil de Sodré e só possa ser compreendida a partir dele. Esta leitura revelará os limites da sua *teoria do Brasil*, mas também mostrará a sua grandeza e a sua potencialidade crítico-analítica.

No fim das contas, foi para convidar o leitor a esta leitura que escrevemos este ensaio.

## Nota bibliográfica

São indispensáveis para uma aproximação crítica a Nelson Werneck Sodré os seguintes livros:

Cunha, Paulo R. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Cunha, Paulo R. e Cabral, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré. Entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006.

Silva, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC/São Paulo: FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

Nestes quatro livros, o leitor encontrará diferenciadas análises e apreciações da obra de Sodré, em textos que, ademais, oferecem uma rica relação de fontes de referência que dizem respeito a ela.

A bibliografia do próprio Sodré compreende mais de meia centena de livros (cuja listagem está disponível no

*Dicionário crítico...* acima mencionado) e uma enorme quantidade de artigos (estimada em cerca de 3.000), resultado da sua intervenção na imprensa por mais de 60 anos. Aqui, registramos apenas os principais livros do autor, citados preferencialmente conforme a primeira edição ou em suas edições mais acessíveis:

*A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

*Afúria de Calibã*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

*A luta pela cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

*A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

*As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

*Brasil. Radiografia de um modelo*. Petrópolis: Vozes, 1974.

*Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

*Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Difel, 1982.

*Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

*História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

*História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

*História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

- História da literatura brasileira.* Rio de Janeiro: Graphia, 2002.
- História militar do Brasil.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- Introdução à geografia.* Petrópolis: Vozes, 1976.
- Introdução à revolução brasileira.* São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- Memórias de um escritor.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- Memórias de um soldado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- Ofício de escritor.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- O governo militar secreto.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- O naturalismo no Brasil.* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.
- O que se deve ler para conhecer o Brasil.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- Oscar Niemeyer.* Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- Panorama do Segundo Império.* Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- Síntese de história da cultura brasileira.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- Vida e morte da ditadura.* Petrópolis: Vozes, 1984.

A mais importante obra coletiva de que Sodré participou (com Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Melo, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Rubem César Fernandes) foi a *História nova do Brasil*, de 1964 (acessível em outra edição: São Paulo: Loyola/Giordano, 1993).

São de mencionar, ainda, as antologias organizadas por Sodré:

*Narrativas militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

*Fundamentos da economia marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

*Fundamentos da estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

*Fundamentos do materialismo dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

*Fundamentos do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

## **SOBRE O AUTOR**

José Paulo Netto é Professor Emérito da *Universidade Federal do Rio de Janeiro* e professor da *Escola Nacional Florestan Fernandes*. Teve experiências docentes em Portugal, na Argentina, no Uruguai e na América Central. Traduziu Marx, Engels, Lenin, Lukács, Korsch e Kofler, organizou antologias de autores marxistas e redigiu verbetes para dicionários especializados. Da sua bibliografia, mencione-se, entre outros livros: *Capitalismo e reificação* (São Paulo: Ciências Humanas, 1981), *Democracia e transição socialista* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990), *Ditadura e Serviço Social* (São Paulo: Cortez, 1992) e *Marxismo impenitente* (São Paulo: Cortez, 2004). Do autor, a Editora Expressão Popular publicou, em abril de 2011, o opúsculo *Introdução ao estudo do método de Marx*.







